

1. O Conselho Gestor do Programa Bolsa Família é composto pelos titulares dos seguintes órgãos e entidades:
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Fazenda; Casa Civil da Presidência da República; e Caixa Econômica Federal.
 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Caixa Econômica Federal.
 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Casa Civil da Presidência da República.
 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; Casa Civil da Presidência da República; e Caixa Econômica Federal.
2. É competência dos Municípios, na gestão do Programa Bolsa Família:
- Constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família; proceder à inscrição das famílias pobres do Município no Cadastramento Único do Governo Federal; promover ações que viabilizem a gestão intersetorial; disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e de saúde; garantir apoio técnico-institucional para a gestão local do programa; constituir órgão de controle social; estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para oferta de programas sociais complementares; e promover, em articulação com a União e os Estados, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.
 - Constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação e assistência social, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família; proceder à inscrição das famílias pobres do Município no Cadastramento Único do Governo Federal; promover ações que viabilizem a gestão intersetorial; disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e de saúde; garantir apoio técnico-institucional para a gestão local do programa; constituir órgão de controle social; estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para oferta de programas sociais complementares; e promover, em articulação com a União e os Estados, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.
 - Constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação e assistência social, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família; proceder à inscrição das famílias pobres do Município no Cadastramento Único do Governo Federal; promover ações que viabilizem a gestão intersetorial; disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e de saúde; garantir apoio técnico-institucional para a gestão local do programa; estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para oferta de programas sociais complementares; e promover, em articulação com a União e os Estados, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.
3. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo: São deveres do Assistente Social nas suas relações com o usuário:
- (...) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;**
- (...) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados o princípios do Código de Ética Profissional.**
- (...) Bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.**
- (...) Exercer sua autoridade de maneira limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.**
- A sequência correta é:
- V, F, F, F.
 - F, V, F, V.
 - V, V, V, V.
 - V, V, F, F.
4. Pela Constituição da República Federativa do Brasil, é considerado vedado a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
- Incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.
 - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.
 - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.
 - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

5. Com referência ao sigilo profissional é permitido ao Assistente Social:
- Proteger o usuário em tudo aquilo de que o Assistente Social tomar conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional; quando em trabalho multidisciplinar prestar informações dentro dos limites do estritamente necessário, sendo permitida a quebra do sigilo profissional, quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolver ou não fatos delituosos, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
 - Proteger o usuário em tudo aquilo de que o Assistente Social tomar conhecimento; quando em trabalho multidisciplinar prestar informações dentro dos limites do estritamente necessário, sendo permitida a quebra do sigilo profissional, quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolver ou não fatos delituosos, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
 - Proteger o usuário em tudo aquilo de que o Assistente Social tomar conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional; quando em trabalho multidisciplinar prestar informações quando necessário, sendo permitida a quebra do sigilo profissional, quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolver ou não fatos delituosos, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
 - Proteger o usuário em tudo aquilo de que o Assistente Social tomar conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional; quando em trabalho multidisciplinar prestar informações dentro dos limites do estritamente necessário, não sendo permitida a quebra do sigilo profissional, nem quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolver ou não fatos delituosos, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
6. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, são direitos sociais:
- A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a assistência aos desamparados.
 - A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança.
 - A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
 - A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social.
7. Os conselhos de assistência social têm a função de convocar as conferências de assistência social. O CNAS convoca a Conferência Nacional de Assistência Social ordinariamente, de quatro em quatro anos, ou extraordinariamente, com o objetivo de:
- Avaliar a situação da assistência social no Brasil e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
 - Avaliar a situação da assistência social no Brasil.
 - Propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.
8. De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/ SUAS, a composição da equipe mínima de referência que trabalha no CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios devem contar sempre com um coordenador, cujo perfil é: técnico de nível superior, servidor público efetivo do município ou DF, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, além de uma equipe técnica, composta pela referência:
- Municípios de Pequeno Porte I – Até 2.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente; social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. Municípios de Pequeno Porte II – Até 3.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, preferencialmente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio. Municípios de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal - a cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio.
 - Municípios de Pequeno Porte I – Até 1.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente; social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. Municípios de Pequeno Porte II – Até 2.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, preferencialmente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio. Municípios de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal - a cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio.
 - Municípios de Pequeno Porte I – Até 3.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente; social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. Municípios de Pequeno Porte II – Até 4.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, preferencialmente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio. Municípios de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal - a cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio.
 - Municípios de Pequeno Porte I – Até 500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente; social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. Municípios de Pequeno Porte II – Até 1.000 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, preferencialmente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio. Municípios de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal - a cada 2.500 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio.
9. O sistema de garantia de direitos consiste num conjunto de instituições das políticas de atendimento:
- CREAS; conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude); Ministério Público; Defensoria Pública; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (Centros de Defesa, fóruns de defesa de direitos, etc).
 - Conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário

(Vara da Infância e da Juventude); Ministério Público; Defensoria Pública; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (Centros de Defesa, fóruns de defesa de direitos, etc).

- c) CREAS; conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude); Defensoria Pública; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (Centros de Defesa, fóruns de defesa de direitos, etc).
- d) CREAS; conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude); Ministério Público; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (Centros de Defesa, fóruns de defesa de direitos, etc).

10. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:

(...) O CRAS é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias. O CRAS é o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica.

(...) O CRAS constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social.

(...) O CRAS é o lugar que possibilita, em geral, o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais e, portanto, à proteção social. Estrutura-se, assim, como porta de entrada, unificada dos usuários da política de assistência social para a rede de proteção básica e referência para encaminhamentos à Proteção Especial.

(...) O CRAS é a unidade local do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Desempenha papel central no território onde se localiza ao constituir a principal estrutura física local, cujo espaço físico é compatível com o trabalho social com famílias que vivem no seu território de abrangência e conta com uma equipe profissional de referência.

A sequência correta é:

- a) V, V, V, V.
- b) F, F, F, F.
- c) V, F, V, V.
- d) V, V, F, F.

11. A abrangência de atendimento do CREAS pode ser de acordo com o porte, nível de gestão e demanda dos municípios, além do grau de incidência e complexidade das situações de risco e violação de direito:

- a) Local
- b) Regional
- c) Local ou regional
- d) Nenhuma as alternativas anteriores.

12. Ao Ministério da Cultura compete, em conjunto com seus órgãos e entidades vinculadas, criar programa de âmbito nacional, visando à:

- a) Garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos; valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais.

- b) Garantir ao idoso a participação no processo de produção dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos; valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais.

- c) Garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos; valorizar o registro da memória e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais.

- d) Garantir ao idoso a participação no processo de reelaboração e fruição dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos; valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural.

13. A gestante, através do Sistema Único de Saúde, tem assegurado o atendimento pré e perinatal:

- a) A gestante tem direito ao acompanhamento clínico, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

- b) A gestante tem direito ao acompanhamento clínico, obedecendo-se aos princípios de regionalização, universalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

- c) A gestante tem direito aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

- d) A gestante tem direito ao acompanhamento clínico, obedecendo-se aos princípios de regionalização, universalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

14. É atribuição do Sistema Único de Saúde promover:

- a) Programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e adolescente, campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos, além de promover campanhas de vacinação em crianças nos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- b) Programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e adolescente, campanhas de educação sanitária para pais, educadores, alunos, agentes de saúde, além de promover campanhas de vacinação em crianças nos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- c) Programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e adolescente, campanhas de educação sanitária para pais, educadores, alunos, agentes de saúde, além de promover campanhas de vacinação em crianças nos recomendados pelas autoridades públicas sanitárias.
- d) Programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos, além de promover campanhas de vacinação em crianças nos recomendados pelas autoridades sanitárias.

15. No Estatuto do idoso é assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe:

- a) O acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
- b) O acesso universal, igualitário e com equidade, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
- c) O acesso universal, igualitário e com equidade, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
- d) O acesso universal, igualitário e com equidade, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

16. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:

(...) É atribuição do Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

(...) Os planos de saúde que atendem pessoas idosas estão autorizados a cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

(...) Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

(...) Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

A sequência correta é:

- a) V, F, V, F.
- b) V, V, F, V.

- c) V, F, V, V.
- d) V, V, F, F.

17. É entendido por saúde do trabalhador, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à:

- a) Promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
- b) Promoção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
- c) Proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
- d) Prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

18. A articulação das políticas e programas de Saúde, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades:

- a) Alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.
- b) Alimentação; saneamento; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.
- c) Nutrição; meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.
- d) Alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.

19. Os avanços da profissão no Brasil foram:

- a) Até a década de 70, a profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1970, avançando com as lutas contra a ditadura e pelo acesso a melhores condições de vida da classe trabalhadora, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos de 1980, o Serviço Social também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão vem negando seu histórico de conservadorismo e afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.
- b) Até a década de 70, a profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1980, estabilizando com as lutas contra a ditadura e pelo acesso a melhores condições de vida da classe trabalhadora, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos de 1980, o Serviço Social também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão vem negando seu histórico de conservadorismo e afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.
- c) Até a década de 70, a profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1970, avançando com as lutas contra a ditadura e pelo acesso a melhores condições de vida da classe trabalhadora, no final dos anos 1970 e ao longo dos

anos de 1980, o Serviço Social foram grandes os avanços, também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão sem negar seu histórico de conservadorismo e afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.

- d) Até a década de 70, a profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1970, avançando com as lutas contra a ditadura e pelo acesso a melhores condições de vida da classe trabalhadora, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos de 1980, o Serviço Social foram grandes os avanços, também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão sem negar seu histórico de conservadorismo e reflete um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.

20. Com ênfase nas ideias de Mary Richmond e nos fundamentos do Serviço Social de Caso, a técnica está a serviço da doutrina social da Igreja. A emergência e institucionalização do Serviço Social como especialização do trabalho ocorre nos anos:

- 20 e 30, sob influência católica europeia.
- 30 e 40, sob influência católica europeia.
- 40 e 50, sob influência católica europeia.
- 50 e 60, sob influência católica europeia.

21. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:

(...) A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das atribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.

(...) As unidades de ensino devem credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

(...) Somente os estudantes de Serviço social, sob supervisão direta e indireta de Assistente Social, poderão realizar estágio de Serviço Social.

(...) A carteira de identidade profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, servirá de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e terá fé pública em todo o território nacional.

A sequência correta é:

- V, F, F, F.
- F, V, F, V.
- V, V, V, V.
- V, V, F, V.

22. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

- Ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter garantia de sigilo nas informações prestadas; ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

- Ter acesso a tratamento do sistema de saúde, ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter garantia de sigilo nas informações prestadas; ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

- Ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

- Ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter garantia de sigilo nas informações prestadas; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

23. A Lei 7853/89, assegura as pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, considerando direitos básicos:

- Educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, amparo à infância e à juventude, entre outros decorrentes da Constituição Federal e outras leis que normatizem o bem-estar pessoal, social e econômico.
- Educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, amparo à infância e à maternidade, entre outros decorrentes da Constituição Federal e outras leis que normatizem o bem-estar pessoal, social e econômico.
- Educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, amparo à infância, à juventude e velhice, entre outros decorrentes da Constituição Federal e outras leis que normatizem o bem-estar pessoal, social e econômico.
- Nenhuma das anteriores.

24. A pessoa com deficiência é garantido o acesso à:

- Inclusão no sistema educacional das escolas especiais.
- Inclusão no sistema educacional das escolas privadas.
- Inclusão no sistema educacional das escolas especiais, privadas e públicas.
- Inclusão no sistema educacional das escolas públicas.

25. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:
 (...) **O Benefício de Prestação Continuada – BPC é o benefício destinado à pessoa com deficiência e ao idoso com 55 (cinquenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.**
 (...) **O Benefício de Prestação Continuada – BPC é o benefício destinado à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.**
 (...) **O Benefício de Prestação Continuada – BPC é o benefício destinado à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.**
 (...) **O Benefício de Prestação Continuada – BPC é o benefício destinado à pessoa com deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.**
 A sequência correta é:
 a) F, V, F, V.
 b) F, F, F, V.
 c) V, F, V, F.
 d) V, V, F, V.
26. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:
 (...) **Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.**
 (...) **Serão asseguradas às mulheres algumas condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.**
 (...) **O poder público desenvolve políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres, no âmbito das relações familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.**
 (...) **Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos das mulheres vítimas de violência.**
 A sequência correta é:
 a) V, F, V, F.
 b) V, V, F, V.
 c) V, F, V, V.
 d) V, F, F, V.
27. O SUAS prevê o fortalecimento de uma rede de proteção social, por meio de garantias sociais que orientam as ações que deverão estar contidas nas metodologias de trabalho com família que garantam a segurança de:
 a) Acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.
 b) Acolhida; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.
 c) Renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.
 d) Acolhida; renda; convívio ou vivência familiar; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.
28. Como preconiza o Código de Ética Profissional, é dever do Assistente Social nas suas relações com os usuários:
 a) Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
 b) Burocratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
 c) Inibir as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
 d) Internalizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
29. Na medida em que, no Brasil, tornam-se visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo – privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc., nesta mesma medida fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente:
 a) Ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população.
 b) A parceria (ético, teórico, ideológico, político e prático social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população.
 c) Ao emparelhamento (ético, teórico, ideológico, político e prático social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população.
 d) A aniquilação (ético, teórico, ideológico, político e prático social) do neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população.
30. O Assistente Social desenvolve sua intervenção pautada no Código de Ética da profissão, e em consonância com os princípios do SUAS, que visa:
 a) À universalidade, integralidade, equidade, participação social e a descentralização.
 b) À universalidade, subalternidade, integralidade, equidade, participação social e a descentralização.
 c) À universalidade, subalternidade, integralidade, equidade, igualdade, participação social e a descentralização.
 d) À universalidade, subalternidade, integralidade, equidade, igualdade, fraternidade, participação social e a descentralização.
31. Complete as lacunas abaixo de acordo com a norma da culta da língua:
Após o _____ do vendedor, meu tio está _____ em vingança.
 a) Deslize – obsecado.
 b) Deslize – obsecado.
 c) Deslize – obsecado.
 d) Deslize – obsecado.

32. Acerca da utilização do acento indicador de crase, analise as afirmativas abaixo:
- As crianças atravessaram o rio à nado.**
 - Às vezes me dá uma vontade de dançar.**
- Apenas I está correta.
 - Apenas II está correta.
 - I e II estão corretas.
 - I e II estão incorretas.
-
33. Há erro de flexão em:
- Havia três escrivães na sala de espera.
 - No filme, diferentemente dos quadrinhos, aparecem só três vilãos.
 - Os atores dessa peça são dois anões.
 - Naquele rochedo é possível ver falcões voando.
-
34. Aponte a alternativa em que NÃO há conotação:
- O Sol nasceu muito cedo ontem.
 - Aquele homem tem um coração de pedra!
 - Os braços de três cadeiras vieram quebrados.
 - As crianças têm aula de música na escola.
-
35. O termo em destaque na oração abaixo se classifica sintaticamente como:
- A menina machucou-se com o estilete.**
- Objeto direto.
 - Objeto indireto.
 - Predicativo do sujeito.
 - Predicativo do objeto.
-
36. Segundo a norma culta, o pronome em destaque está empregado incorretamente em:
- Nada preocupa-me tanto.
 - Deus me livre!
 - Quero-lhe muito bem.
 - Isto o aborreceu muito.
-
37. Assinale a alternativa incorreta quanto à concordância verbal:
- São vinte e dois de abril.
 - Deve haver várias razões para ela ter essa atitude.
 - Sara ou Paula será a ganhadora da bolsa de estudos.
 - Era cinco horas da tarde quando nos encontramos.
-
38. Aponte a alternativa incorreta quanto à regência nominal:
- Esse creme é inferior ao que uso.
 - A invasão de propriedade é proibida.
 - Ela analisou longas monografias e livros estrangeiros.
 - Haja visto que ele ganhou o campeonato.
-
39. Assinale a alternativa incorreta quanto à regência verbal:
- Você ainda não assistiu a essa peça?
 - O ministro não atendeu o paciente.
 - Ele atingiu ao sucesso.
 - Você torce por que time?
-
40. Acerca da concordância nominal, analise as afirmativas abaixo:
- Ele disse durante o discurso: - Muito obrigado mamãe.**
 - Na feira comprei meia melancia e alguns limões.**
- Apenas I está correta.
 - Apenas II está correta.
 - I e II estão corretas.
 - I e II estão incorretas.
-
41. **Sou favorável à sua proposta organizacional.** O termo em destaque se classifica como:
- Adjunto adnominal.
 - Adjunto adverbial.
 - Complemento nominal.
 - Agente da passiva.
-
42. Há tempos o Oriente Médio é uma região conflituosa, envolvendo divergências por vários motivos. Desta forma, aponte o acontecimento contemporâneo que vem gerando instabilidade na região:
- A ocupação do Kuwait pelo Irã.
 - A saída das tropas russas do Iraque.
 - A ocupação da Líbia por Israel.
 - O desenvolvimento do programa nuclear do Irã.
-
43. Em 2000, Estados Unidos e China firmaram um acordo para incentivar investimentos de empresas norte-americanas no território chinês. Porém, o acordo gerou protesto devido:
- Ao receio da União Europeia em perder oportunidades de comércio com a China.
 - Aos países da América do Sul questionarem os privilégios oferecidos aos Estados Unidos na China.
 - Aos trabalhadores chineses adotarem uma postura anti norte-americana.
 - Ao medo dos trabalhadores dos Estados Unidos de perder postos de trabalho.
-
44. Qual é o número total de poltronas de um teatro, sabendo que em uma sessão havia 134 poltronas desocupadas e que as poltronas ocupadas correspondiam a terça parte do total de poltronas desse teatro?
- 197.
 - 186.
 - 201.
 - 246.
-
45. Cinco homens trabalhando 12 horas por dia constroem 9.000 m de uma estrada em 18 dias. Quantas horas de trabalho por dia serão necessários para construir 6.000 m de estrada em 8 dias, sendo que contrataram mais 10 homens?
- 8 h/d.
 - 9 h/d.
 - 10 h/d.
 - 6 h/d.
-
46. Marcando-se, sobre uma reta real, os pontos correspondentes às raízes da equação: $\begin{vmatrix} x & x \\ 5 & x \end{vmatrix} = -4$, obtém-se um segmento cujo comprimento mede, em cm:
- 4.
 - 3.
 - 2.
 - 1.
-
47. Numa loja de revenda de pássaros 25% são sabiás, 40% são pintassilgos, 20% rouxinóis e ainda há 45 colibris. Quantos pássaros há para vender nessa loja?
- 300.
 - 250.
 - 400.
 - 150.

48. Uma geladeira sofre dois descontos sucessivos, o primeiro de 3% e o segundo de 5%. Que taxa única de desconto que daria o mesmo valor líquido?
- a) 9,95%.
 - b) 6,25%.
 - c) 8,75%.
 - d) 7,85%.
49. O volume de um paralelepípedo retângulo é 192 m^3 . Qual é a área total desse paralelepípedo, sabendo que suas dimensões são proporcionais aos números 2, 3 e 4?
- a) 548 m^3 .
 - b) 180 m^3 .
 - c) 208 m^3 .
 - d) 360 m^3 .
50. Se o dobro da idade de Isabel é igual ao quadrado de sua idade menos 288, quantos anos ela tem?
- a) 21.
 - b) 17.
 - c) 25.
 - d) 18.